

Índice Global de Complexidade Corporativa de 2020

Mapeando o território: risco de compliance corporativo em 77 jurisdições



TMF
GROUP

Alcance global
Conhecimento local

PREFÁCIO

Nós publicamos um relatório anual sobre a complexidade corporativa desde 2013. Nosso relatório de 2020 está ofuscado pela imensa perturbação econômica e social causada pela Covid-19. Isto é, acima de tudo, uma tragédia pessoal para aqueles diretamente afetados e para os muitos que agora enfrentam a ameaça não só à sua saúde, mas também ao seu estilo de vida. Empresas estão tendo que navegar águas desconhecidas. Muitas tiveram que abandonar seus planos de investimento, retirar orientações e parar de pagar dividendos face às dramáticas quedas em demanda. A crise também deve afetar todos os aspectos de empresas desde como e onde os bens são obtidos, até onde eles são comprados e vendidos, onde e como o trabalho é feito.

As consequências da COVID-19 para regras corporativas e para o comércio internacional não estão claras. Muitos governos terão que lidar com grandes cargas de débitos e uma receita de impostos reduzida, mesmo no cenário de recuperação em forma de “V” mais otimista. Enquanto alguns governos podem buscar aliviar regras para incentivar o investimento interno e reduzir a carga sobre negócios, outros podem buscar endurecer as regras para maximizar a receita por impostos e sanções, além de proteger empresas domésticas da competição. O cenário de aumento do nacionalismo, tensões entre EUA e China, um Brexit sem acordo, e uma possível crise na Zona do Euro não tornam o futuro mais claro.

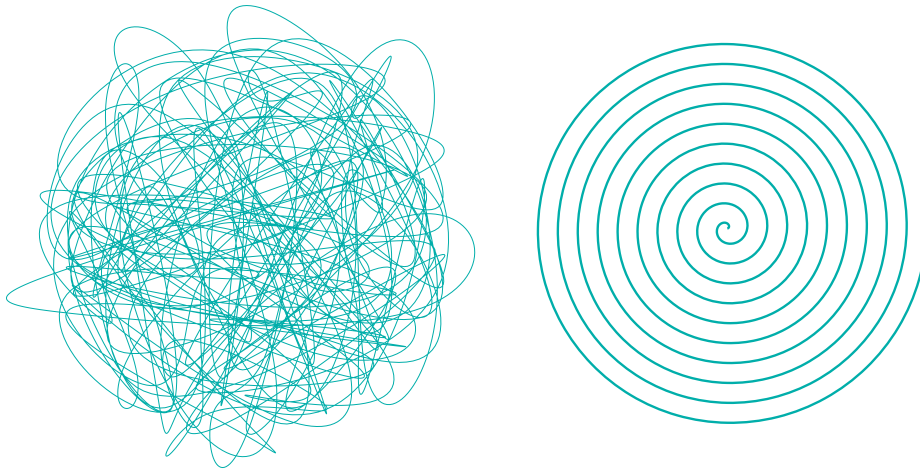
Nós na TMF Group somos tão afetados por estas forças quanto qualquer outra empresa. Passamos para o trabalho remoto em nossos 120 escritórios ao redor do mundo; navegamos o equilíbrio delicado entre a segurança dos colaboradores e o serviço aos clientes; e tentamos antecipar as mudanças nas necessidades de nossos clientes, quer eles estejam prosperando ou simplesmente sobrevivendo à crise da COVID-19. Nosso propósito é ajudar clientes a investir e operar de maneira segura em todo o mundo. Como uma pequena contribuição neste tempo de crise, estamos atualizando uma lista de projetos de suporte governamentais em todo o mundo (disponível [aqui](#)) que agora possui mais de mil destes, juntamente com links para as páginas de inscrição.

Mesmo antes da crise, as empresas tiveram um aumento de trabalho para operar de maneira segura com o aumento da complexidade financeira local, regras regulatórias e trabalhistas para a realização de negócios. Após a crise, isto deve ficar ainda mais complexo e as empresas terão muito menos resiliência para absorver as consequências de erros. Esperamos que o Índice Global de Complexidade Corporativa ajude você a gerenciar esta complexidade e se manter seguro nestes tempos difíceis. Estratégias corporativas possam ser implementadas com sucesso.

Mark Weil
Chief Executive, TMF Group

CONTÉÚDO

Introdução	2	Dez jurisdições menos complexas	26
<i>Destaques globais</i>		Conclusão	32
GBCI rankings 2020	10	Metodologia	34
Dez jurisdições mais complexas	12	Glossário	IBC
– Destaques de contabilidade e impostos	18		
– Destaques de regras, regulamentos e penalidades	21		
– Destaques de recursos humanos e folha de pagamento	23		



Nós tornamos um mundo complexo simples

ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA

INTRODUÇÃO

O Índice Global de Complexidade Corporativa de 2020 fornece uma visão geral oficial da complexidade de estabelecer e operar empresas ao redor do mundo. Ele explora fatores que impulsionam o sucesso ou fracasso de empresas internacionais, com foco na operação em mercados estrangeiros, e esboça os principais temas emergentes no cenário global e suas complexidades locais associadas em 77 jurisdições.

As empresas devem enfrentar as forças locais e globais enquanto empenham-se em ser bem-sucedidas. Entre as tendências generalizadas e em rápida mudança, estão o crescimento acelerado da tecnologia e o foco no compliance internacional. As jurisdições individuais têm formas muito particulares de fazer coisas que podem ser confusas e potencialmente onerosas para estrangeiros.



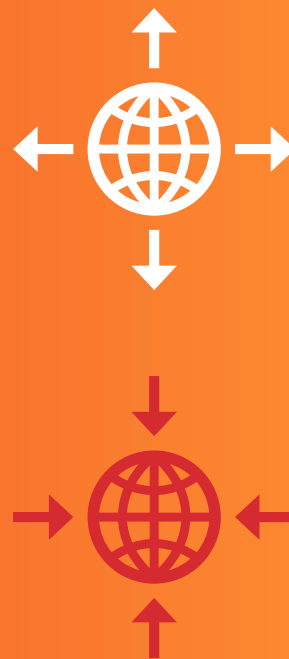
Conseqüentemente, o GCBI 2020 examinou a interação entre fatores globais e locais e seus impactos nas empresas em termos de:



Como no relatório do ano passado, as conclusões dão origem a um ranking global dessas jurisdições, baseado na complexidade de seus ambientes corporativos em termos de legislação, compliance, procedimentos contábeis, regimes fiscais, regras de recursos humanos (RH) e procedimentos de folha de pagamento.

INTERNACIONALIZAÇÃO VERSUS LOCALISMO

A expansão das operações em novos territórios em todo o mundo oferece enormes oportunidades comerciais. Os governos continuam a se abrir para negócios internacionais, melhorando os processos para assimilá-los em suas economias locais, às vezes oferecendo incentivos. Entretanto, como mostra o GBCI 2020, as jurisdições variam em seu sucesso ao criar um ambiente mais propício para o investimento estrangeiro direto.

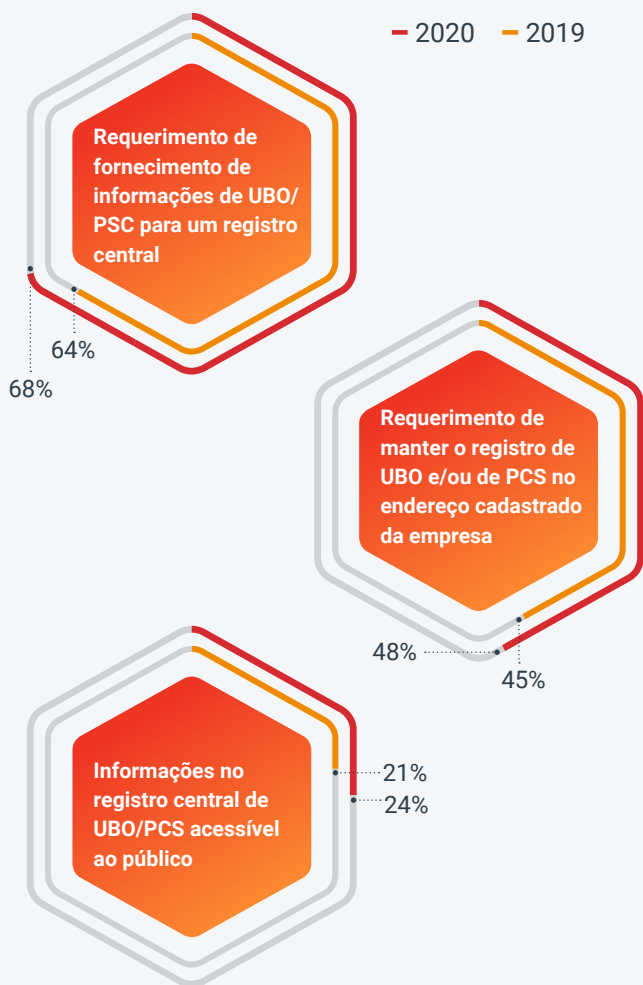


Como no GBCI 2019, a maioria das jurisdições segue as regulamentações internacionais de alguma forma, especialmente em matéria de transparência e estruturas de relatórios. Em 2020, 8 em cada 10 jurisdições estão comprometidas com o Common Reporting Standard (CRS), uma iniciativa da OECD que torna o compartilhamento de dados de contas entre instituições financeiras de diferentes países mais transparente.

Para todas as jurisdições, independentemente de sua complexidade, o comprometimento com uma legislação como o CRS demonstra uma abertura internacional destinada a atrair investimentos do exterior. As jurisdições em ambos os extremos do espectro de complexidade estão dispostas a adotar esse padrão. A Jamaica é a única das 10 jurisdições menos complexas que ainda não se comprometeu com o modelo de relatórios CRS, enquanto a Bolívia é a única das 10 jurisdições mais complexas que ainda não aderiu.

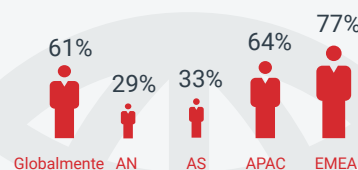
Alguns governos nacionais estão seguindo as tendências internacionais e adotando suas versões da legislação. A legislação de transparência em relação aos registros de proprietário beneficiário final (UBO), que indicam a propriedade final de pessoas jurídicas, parece destinada a ser adotada pela maioria das jurisdições em todo o mundo. No entanto, as regras diferem sobre o que constitui a propriedade. A União Europeia define o proprietário como uma pessoa física ou jurídica que controla mais de 25% das ações ou dos direitos de voto de uma organização. Até 2020, 68% das jurisdições haviam introduzido um registro de UBO, em comparação com 64% em 2019. Cerca de 24% de todas as jurisdições exigem que elas sejam acessíveis ao público, subindo de 21% em 2019. Os registros de UBO foram introduzidos em 79% das jurisdições na Europa, Oriente Médio e África (EMEA).

Proprietário beneficiário final (UBO) e/ou pessoa com controle significativo (PCS) requisitos de registro

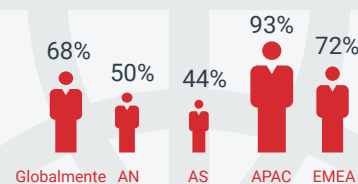


Fatores que afetam a contratação de trabalhadores estrangeiros globalmente e por região

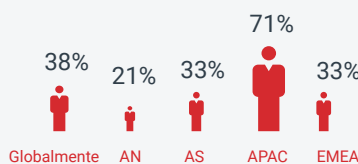
País de origem



Nível de qualificação



Salário atual



Há um intervalo de tempo entre as jurisdições que se comprometem a produzir estes registros e sua implementação. Na União Europeia, que exigiu que todos os Estados Membros estabelecessem registros de proprietários após a Quarta Diretiva Contra a Lavagem de Dinheiro (Anti-Money Laundering Directive – AMLD 4) de 2015, a Dinamarca implementou a legislação em 2017, enquanto a Grécia está planejando a efetivação de seu registro de UBO somente neste ano.

Algumas estruturas de transparência incluem regras voltadas à escala local. Pouco menos de um terço das jurisdições exige que ao menos um diretor de uma nova empresa seja um residente local. O objetivo é fomentar a responsabilidade interna e fornecer uma base legal para a busca de diretores em caso de não compliance. Os requisitos são ainda mais rigorosos na região da Ásia-Pacífico (APAC) e na América do Sul (AS), com 50% das jurisdições exigindo pelo menos um diretor que seja um residente local. Algumas jurisdições podem permitir diretores estrangeiros a fim de estimular o investimento

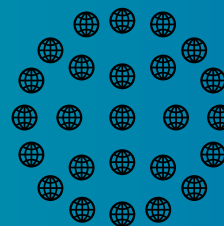
estrangeiro direto. Na Indonésia, as pequenas e médias empresas (PMEs), que são definidas localmente como aquelas com um investimento inicial de até US\$600.000, não são obrigadas a ter diretores que sejam residentes locais. A EMEA é particularmente flexível, com 85% das jurisdições permitindo que as empresas operem sem diretores locais, em linha com as regras da União Europeia para a livre circulação de mão de obra e capital.

Muitas jurisdições têm leis e requisitos rigorosos para contratação de funcionários estrangeiros. Cerca de 68% têm regras de contratação de estrangeiros baseadas no nível de qualificação. Considerações políticas relacionadas a fronteiras podem afetar a capacidade das empresas de montar um quadro de funcionários: 61% das jurisdições têm regras sobre países de origem de possíveis trabalhadores. Em outros casos, são utilizados incentivos para estimular a contratação de funcionários locais. A Colômbia está flexibilizando a taxa de impostos sobre os pagamentos de funcionários para empresas que concordem em contratar trabalhadores locais que nunca tiveram um emprego antes.

MODERNIZAÇÃO VERSUS TRADIÇÃO

A modernização trata-se, em geral, de demonstrar comprometimento com padrões e práticas internacionais, enquanto a tradição é refletida em barreiras locais para facilitar a operação. Os governos podem se apegar a muitas tradições, que podem estar escritas na lei ou são simplesmente práticas comuns. Tais tradições dificultam a operação de empresas porque:

- Elas aumentam a complexidade dos negócios, pois geralmente estão desatualizadas e não pertencem ao mundo moderno;
- Incorporam idiosincrasias que podem aumentar os custos de adaptação ao que a legislação exige das empresas.

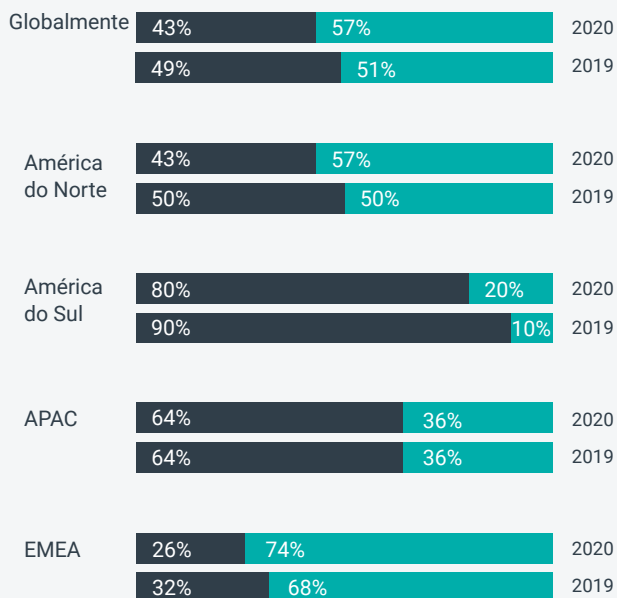


A tradicional exigência de um carimbo oficial, corte ou selo nos documentos para garantir a probidade legal permanece sendo um obstáculo em 43% das jurisdições, embora este número tenha diminuído de 49% em 2019. Neste ano, Argentina, Malásia e Hong Kong removeram a exigência de que os documentos incluam cortes ou selos oficiais. Um pequeno número de jurisdições introduziu a exigência em 2019. Apenas 26% das jurisdições da EMEA exigem tais marcas.

O requerimento tradicional de entrega presencial de documentos é muito mais complexo em termos geográficos e logísticos. Para que uma empresa seja constituída no Equador, os documentos devem ser carimbados na embaixada Equatoriana do país de origem da empresa, e em seguida enviados ao Equador para verificação. Na Grécia, uma empresa que contrata seus primeiros funcionários precisa se reunir com as autoridades trabalhistas no mesmo dia e apresentar a comprovação online da reunião no prazo de três dias.

Os relatórios considerados tradicionais não são necessariamente impressos, mas muitas vezes é exigido que sejam feitos no idioma local. Cerca de 86% das jurisdições – incluindo Israel, Malta e Holanda – exigem que a documentação oficial seja apresentada no idioma local, em comparação com 74% em 2019. Em 73% das jurisdições, as atas de diretores e acionistas devem ser registradas no idioma local, em comparação com 65% em 2019. Na Suíça e Bélgica, os dados da folha de pagamento devem ser informados em vários idiomas, devido ao caráter federativo e multilíngue dos países. As empresas que são alheias a esses requisitos podem enfrentar entraves inesperados e custos adicionais ao interagir com o Estado.

Exigência de carimbo, corte ou selo para oficializar documentos (% de jurisdições dentro de cada região)



■ Sim ■ Não

Os pacotes de benefícios considerados mais modernos são mais prevalentes em 2020 do que no ano anterior. Eles refletem o compromisso de proteger a qualidade de vida e a remuneração dos funcionários. Agora um salário mínimo é estipulado por 91% das jurisdições, comparado a 89% em 2019. As novas jurisdições que determinaram agora um salário mínimo são a Turquia, as Ilhas Virgens Britânicas e a Noruega. Há cláusulas para férias pagas ou tempo livre em 88% das jurisdições, em comparação com 84% no ano passado. Licenças remuneradas por doença, licença paternidade remunerada e seguro saúde se tornaram mais populares.

Jurisdições que exigem documentação no idioma local

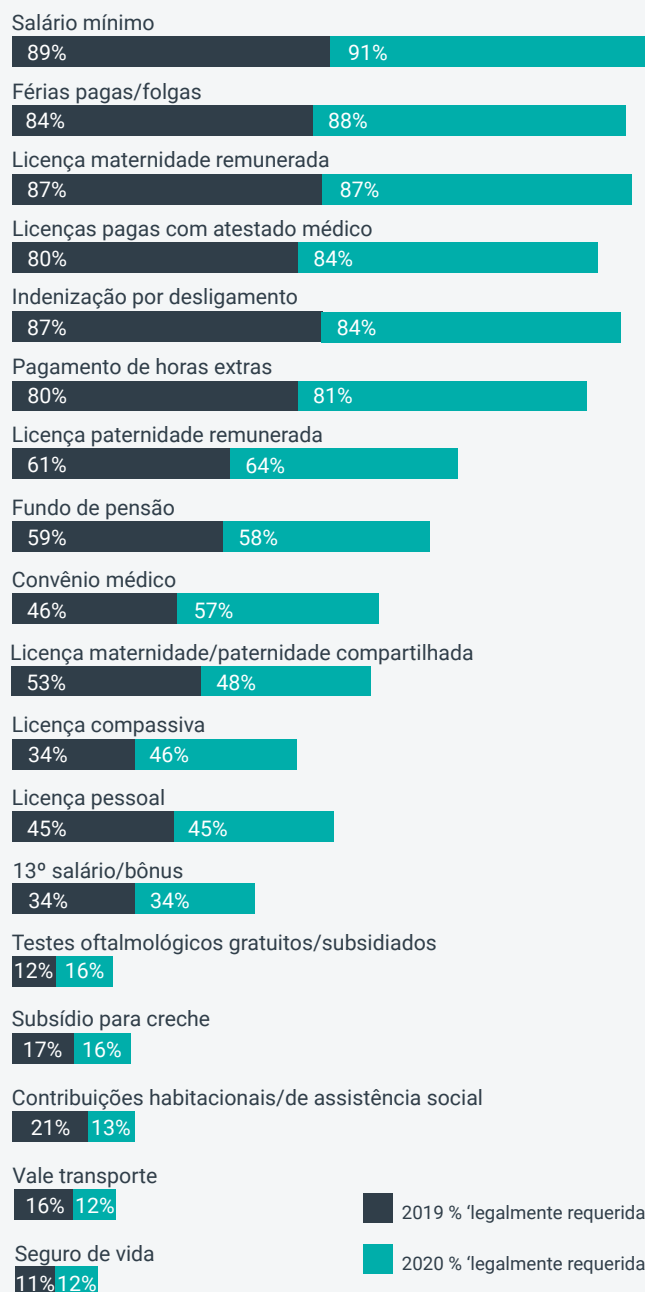
Documentos oficiais para apresentação às autoridades governamentais locais devem ser preparados e apresentados no idioma local (além do inglês)



As atas dos diretores e acionistas devem ser criadas e mantidas no idioma local (além do Inglês)



Benefícios legalmente estipulados para funcionários permanentes



TECNOLOGIA E SIMPLIFICAÇÃO

Para que uma jurisdição moderna seja atrativa aos negócios internacionais, ela tem que adotar novas tecnologias. As jurisdições menos complexas geralmente têm um bom histórico de fazer isso. No entanto, as jurisdições mais complexas, de acordo com a classificação do GBCI 2020, também têm frequentemente implementado tecnologias para criar um ambiente acolhedor e direto para os negócios, enquanto tentam minimizar os fatores locais que podem dissuadir as multinacionais de se estabelecerem. Isso pode levar a um pico inicial de complexidade à medida que as jurisdições têm dificuldades de adaptação aos novos sistemas digitais enquanto tentam preencher a lacuna entre soluções impressas e online. A legislação internacional tornou-se profundamente dependente da tecnologia de comunicação. O CRS exige o envio de dados online em formatos padronizados em todos os países participantes.



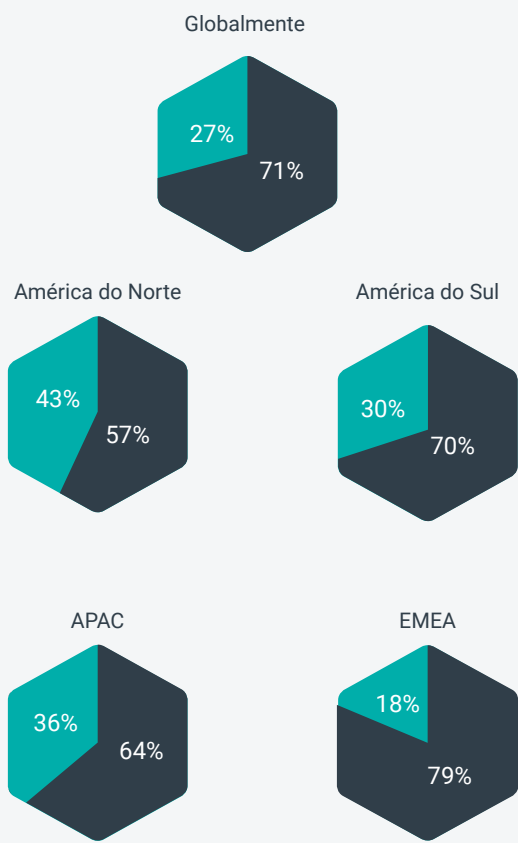
O pilar do avanço tecnológico para as jurisdições é a submissão online de documentos oficiais em todas as áreas necessárias, pois isso reduz drasticamente a carga burocrática e de produção de relatórios para as empresas. A boa notícia é que os envios oficiais são feitos eletronicamente em 71% das jurisdições, ainda que este número não tenha aumentado em relação ao ano passado.

Há variação regional em relação à possibilidade de as empresas se comunicarem com as autoridades por meio de envios de documentos eletronicamente. A EMEA lidera essa estatística com 79% das jurisdições afirmando que os envios oficiais podem ser feitos eletronicamente. Na América do Norte (AN), o número é de 57%, o mais baixo entre todas as regiões. É também

a região que está mais atrasada em relação ao envio eletrônico de declarações de impostos: é obrigatório submetê-las em formato eletrônico em apenas 14% de suas jurisdições, enquanto em todo o mundo esse número está em 39%. A América do Sul é a região mais desenvolvida nesse aspecto, com 9 de cada 10 jurisdições exigindo que as notas fiscais sejam apresentadas em formato eletrônico.

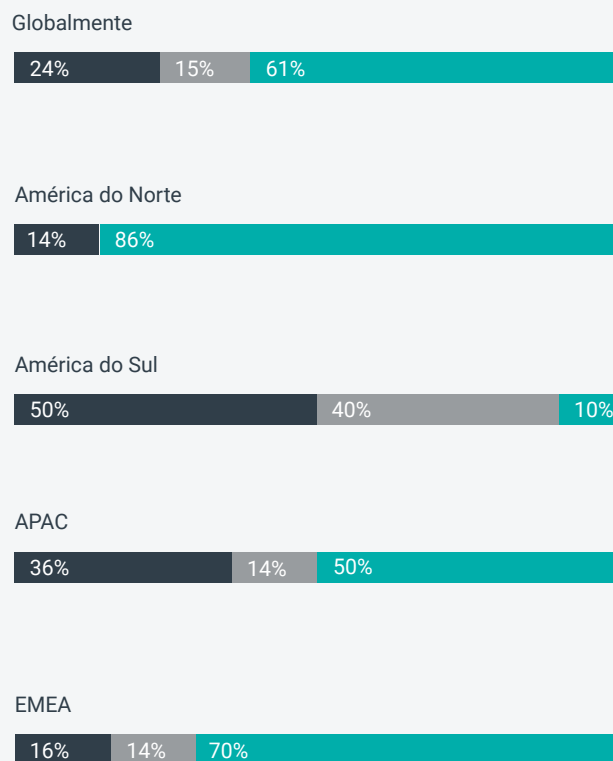
Há uma grande variação nos tipos de impostos que devem ser enviados eletronicamente. Das jurisdições que impõem o imposto sobre vendas, 73% exigem o envio eletrônico de documentos, enquanto a mesma exigência corresponde a 36% no imposto predial.

Jurisdições onde os envios oficiais são feitos online



■ Sim ■ Não

Requisito para fazer upload de notas fiscais no portal do governo



■ Sim ■ Sim, dependendo de certos critérios ■ Não

As jurisdições estão se empenhando para consolidar e otimizar os relatórios eletrônicos. A plataforma Online Single Submission (OSS) da Indonésia visa reunir todas as interações com autoridades por meio de um único portal. No entanto, o conceito de portal requer órgãos de licenciamento, os quais ainda não foram introduzidos no sistema, resultando em uma combinação de documentações eletrônicas e impressas. A República da Irlanda terminou a divulgação anual de dados salariais e optou por um sistema de divulgação eletrônica automática de dados. As empresas atualizam seus registros online quando ocorrem mudanças e as entidades governamentais é automaticamente notificado.

O RANKING DO ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA DE 2020



DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS

- 1 Indonésia
- 2 Brasil
- 3 Argentina
- 4 Bolívia
- 5 Grécia
- 6 China Continental
- 7 Nicarágua
- 8 Colômbia
- 9 Malásia
- 10 Equador
- 11 Tuquia
- 12 França
- 13 México
- 14 Croácia
- 15 Panamá
- 16 Taiwan
- 17 Coréia
- 18 Índia
- 19 Bélgica
- 20 Sérvia
- 21 Eslováquia
- 22 Rússia
- 23 Perú
- 24 Vietnã
- 25 Cazaquistão
- 26 Costa Rica

DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS



1



Indonésia

A posição da Indonésia como o mercado mais complexo do mundo se deve em parte à sua legislação conservadora. Suas leis trabalhistas, que visam proteger a mão de obra da exploração, dificultam muito a tomada de medidas disciplinares ou a demissão de funcionários com desempenho insatisfatório. Essas normas são consideradas arcaicas pelos estrangeiros e continuam a ser um dos principais inibidores de investimento estrangeiro na Indonésia.

A Negative Investment List (Lista Negativa de Investimentos) da Indonésia, que restringe o percentual de propriedade estrangeira dentro de cada setor industrial, é considerada como um dos principais obstáculos às operações comerciais no país. Existem 22 setores industriais que são subdivididos em aproximadamente 200 subsetores.

Houve, no entanto, movimentações para simplificar o ambiente empresarial indonésio para atrair empresas e funcionários estrangeiros. Uma delas é a conversão da Negative Investment List em uma Positive Investment List (Lista Positiva de Investimentos), que deverá ser implementada nos próximos anos. Isto deverá abrir mais setores na economia indonésia ao investimento estrangeiro direto (FDI). A atual minuta contém planos para abrir 16 dos 20 setores, até então fechados, a diferentes graus de propriedade estrangeira. Este movimento deverá baixar a posição da Indonésia no ranking do GBCI nos próximos anos.

“O presidente está muito interessado em impulsionar o investimento estrangeiro e procura facilitar ao máximo as coisas. A Indonésia já é um mercado atrativo e lucrativo e, com o aumento da facilidade de se fazer negócios, vai se tornar ainda mais atrativo.”

Alvin Christian, TFM Group, Indonésia

2



Brasil

A complexidade no ambiente de negócios do Brasil é impulsionada principalmente por leis contábeis e fiscais. Existem dezenas de regimes fiscais diferentes e as empresas devem cumprir três níveis de regulamentação tributária: municipal, estadual e federal. Leis diferentes se aplicam às empresas internacionais e locais que buscam se estabelecer e comercializar no Brasil.

“Apesar do progresso feito nos últimos anos em direção à digitalização e impostos mais simplificados, incluindo o lançamento do sistema digital eSocial, o Brasil continua sendo um ambiente corporativo muito complexo, com dezenas de diferentes regimes tributários.”

Rodrigo Zambon, TFM Group, Brazil

O governo brasileiro está tentando simplificar o ambiente comercial e alinhá-lo às tendências globais. Ao contrário do passado, não está aplicando políticas protecionistas às importações ou exportações, e está modernizando os acordos trabalhistas. A Lei de Liberdade Econômica foi introduzida em setembro de 2019 para dar às empresas maior flexibilidade na contratação de funcionários para horários de trabalho não convencionais. Além disso, as autoridades fiscais lançaram um sistema de registros digital conhecido como eSocial para digitalizar a troca de informações com o governo.

3



Argentina

A Argentina está alinhada com padrões internacionais de transferência de preços e lavagem de dinheiro, mas não com outros padrões como o BEPS (Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros, em português) da OECD. Não é estranho que as empresas estrangeiras achem desafiador estabelecer e operar negócios na Argentina. Desde uma mudança no governo em dezembro de 2019, alguns dos esforços da gestão anterior para simplificar a abertura e operações de empresas foram suspensas. O novo governo está renegociando a dívida pública e suas súbitas mudanças tributárias e regulatórias aumentaram a complexidade dos negócios.

As restrições em relação a moedas estrangeiras são talvez o maior problema. As empresas têm que apresentar documentação aos bancos e se submeter a verificações antes de poderem transferir e receber dinheiro internacionalmente, o que retarda consideravelmente as transações e operações para as multinacionais. Algumas empresas estrangeiras estão tentando se adaptar a essas mudanças repentinas, mas outras foram levadas a liquidar e cessar a operação na jurisdição.

A Argentina está alinhada com os padrões internacionais em relação à transferência de preços e lavagem de dinheiro, mas não com outros padrões, como os de erosão da base da OECD e de transferência de lucros (BEPS).

“Como uma das maiores economias da América Latina, a Argentina oferece grandes oportunidades de investimento. Apesar da complexidade de se operar aqui, as oportunidades em vários setores, incluindo energia, agricultura e tecnologia, não devem ser ignoradas.”

Claudio Cirocco, TFM Group, Argentina

4



Bolívia

A Bolívia se viu em um limbo político, uma vez que as eleições disputadas no final de 2019 levaram à renúncia do presidente Evo Morales, após 14 anos de um governo relativamente estável. Novas eleições foram programadas para maio de 2020, mas foram adiadas em virtude da pandemia de COVID-19. Sob Morales, a política era voltada internamente, promovendo a autossuficiência econômica sobre o mercado internacional. Isto se reflete na falta de compliance da jurisdição: a Bolívia não aderiu às iniciativas internacionais como o CRS ou iniciativas da OECD, como o BEPS.

“Os novos ingressantes do mercado podem ter dificuldades para entender algumas das práticas mais tradicionais da Bolívia, como a exigência de apostilas para oficializar determinados documentos.”

Luis María González, TFM Group, Bolívia

Embora isso possa aliviar o ônus para as multinacionais, há uma série de órgãos nacionais com os quais as empresas que pretendem se estabelecer no país têm de se registrar. A abertura de empresas envolve registrar-se na Câmara de Comércio, no Serviço Nacional de Tributos, no Ministério do Trabalho, nos administradores de Fundos de Pensão, no Fundo de Saúde e nas instituições financeiras, bem como a obtenção de licenças e autorizações junto ao órgão que controla o setor da indústria. Além disso, os processos de registro municipal exigem documentação adicional.

Quando uma empresa se registra junto às autoridades, todos os outros órgãos relevantes são automaticamente notificados. A Bolívia é uma das poucas jurisdições que fazem isso (6%). O processo começou com a ligação da Câmara de Comércio com o Serviço Nacional de Tributos e o Ministério do Trabalho, mas a crise proporcionada pela COVID-19 acelerou o processo de notificação automática.

5



Grécia

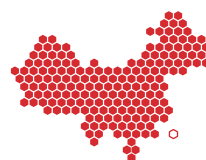
Embora o país estivesse no centro da crise de dívida europeia há pouco mais de uma década, o recém-eleito Partido da Nova Democracia está ansioso para demonstrar que a Grécia é tão atrativa para os negócios internacionais quanto outras nações europeias. Para estimular o investimento estrangeiro, o imposto de renda corporativo foi reduzido de 28% para 24% em 2018, e uma redução adicional para 20% está planejada. O registro de UBO será implementado este ano, refletindo o compromisso do país com a legislação da União Europeia contra a lavagem de dinheiro.

Apesar disso, a Grécia tem um longo caminho a percorrer em termos de modernização, com a maioria dos processos de registros ainda tendo que ser feitos pessoalmente. As complexidades contábeis e tributárias são os principais motivos para a alta posição da Grécia no ranking do GBCI. A legislação tributária é intimidadora tanto para empresas locais quanto para as estrangeiras, com cerca de 70 novas medidas sendo introduzidas a cada ano. As empresas têm dificuldades para encontrar orientações oficiais sobre como interpretar as leis tributárias, ao passo que o Ministro da Fazenda normalmente leva de seis a oito meses para responder aos pedidos de informações. Enquanto algumas alíquotas tributárias estão caindo, os impostos indiretos sobre bens e serviços são muito mais altos na Grécia do que em outros países europeus.

“Seja qual for a transação que você imaginar, há um imposto específico para ela. Esses impostos também mudam frequentemente e isso pode ser um desafio para manter-se atualizado.”

Yannis Goussiakis, TMF Group, Grécia

6



China Continental

A China tem sido até agora uma superpotência trabalhista, abastecendo as multinacionais com funcionários para produzirem seus produtos, mas uma economia de consumo está se desenvolvendo no país, que tem uma classe profissional de aproximadamente 400 milhões de pessoas. Há cada vez mais incentivos para que as multinacionais comercializem seus produtos dentro da própria China. O lançamento da China International Import Expo, uma feira anual realizada em Xangai, reflete o apoio governamental a essa mudança.

“Antes de entrar no mercado, as empresas têm que entender como evitar as armadilhas mais comuns, especialmente aquelas relacionadas aos últimos requisitos de compliance e à relação entre as práticas nacionais e locais.”

Thun Lee, TMF Group, China

O equilíbrio entre importações e exportações chinesas tem sido objeto de muito controle nos últimos dois anos durante sua guerra comercial com os Estados Unidos. As restrições ao comércio com os Estados Unidos podem estar forçando algumas multinacionais a olhar para mercados alternativos dentro da China.

Uma vez em funcionamento, as multinacionais podem perceber a legislação chinesa mais estratificada do que em outras jurisdições. Há variações regionais significativas nas alíquotas de impostos: o imposto de renda de pessoas jurídicas foi fixado em 25% nacionalmente, mas regiões, províncias e cidades podem modificar a alíquota para atrair investimentos estrangeiros. A maioria das jurisdições tem condições gerais com relação às obrigações dos empregadores e empregados, mas a legislação chinesa de contratos de trabalho detalha amplamente os termos destes.

7



Nicarágua

A Nicarágua pode ser uma jurisdição desafiadora para as empresas estrangeiras operarem. O país passou por uma crise sociopolítica em 2018 que impactou as transações e levou a problemas de inflação e câmbio. Isso teve um enorme impacto sobre as empresas e tornaram a abertura e as operações muito mais complexas para as organizações internacionais. As eleições gerais previstas para 2021 estão gerando mais incertezas. Espera-se que o resultado torne a Nicarágua uma jurisdição mais estável para operações internacionais.

Apesar da incerteza política, os aspectos de abertura e operação de empresas são bastante progressivos. A Nicarágua é uma jurisdição alinhada com o mercado internacional, em compliance com o BEPS da OCDE, a Lei de Cumprimento Fiscal de Contas Externas (FATCA) e a regulamentação de preços de transferência, demonstrando assim um compromisso com a transparência. O país desenvolveu um portal na internet para divulgação de salários e folha de pagamento, criando um “balcão único” para apresentação de declarações e pagamentos de impostos.

“A Nicarágua passou por uma crise sociopolítica em 2018 que afetou a confiança dos investidores. As diversas partes interessadas devem se reunir para chegar a um acordo sobre uma solução para a crise.”

Xilot Mejia, TFM Group, Nicarágua

8



Colômbia

Como grande parte da América do Sul, a Colômbia funciona através de uma estrutura altamente regionalizada de 1.100 municípios, cada um com suas próprias regras e práticas, e sujeito a várias políticas eleitorais. Partes da Colômbia abrigam grupos armados locais que controlam parcelas do território. As empresas devem se certificar de evitar essas “zonas vermelhas”.

Apesar de sua política descentralizada, o governo colombiano tem muitas políticas para promover sua força de trabalho em detrimento da mão de obra estrangeira. Existe um esquema nacional para melhorar as taxas de empregabilidade de jovens, pelo qual as empresas pagam taxas mais baixas de impostos sobre funcionários se contratarem e treinarem colombianos que nunca trabalharam antes.

“As empresas devem ter muito cuidado a fim de calcular seus impostos corretamente. Não fazer isso resulta em multas e qualquer pagamento não cumprido para com a tesouraria também está sujeito a altas taxas de juros até que o erro tenha sido corrigido.”

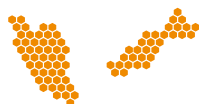
Daniela Diaz Quijano, TFM Group, Colômbia

As multinacionais que operam na Colômbia devem prestar muita atenção à política local para evitar multas e penalidades elevadas. É fácil cometer um erro ao apresentar declarações de impostos, já que as regulações nem sempre são claras e são abertas a interpretações. Erros resultam em multas e qualquer falta de pagamento está sujeita a uma taxa de juros anual de cerca de 28%.

Existem regras rigorosas e detalhadas para receber capital de outros países. As entidades têm de declarar seus fluxos de entrada e saída monetários em todos os casos, usando um sistema de códigos e estando em compliance com certos requerimentos. Se uma empresa utiliza um código errado ou não está em compliance com estes requerimentos, ela enfrentará penalidades severas.

Os registros detalhados de todas as transações de terceiros são obrigatórios na Colômbia, incluindo aquelas com fornecedores, clientes e qualquer outra parte terceira. As autoridades colombianas verificam todos eles para garantir que as entidades paguem o valor correto de impostos e que erros nestes tipos de relatórios informativos resultam em penalidades.

9



Malásia

A abertura de empresas na Malásia envolve a obtenção de licenças para instalações comerciais, o setor industrial e o capital acionário. O processo de abertura de uma empresa estrangeira pode demorar até um mês.

A língua oficial de negócios na Malásia é o malaio, com o inglês como segunda língua. Enquanto alguns formulários podem ser preenchidos em inglês, a maior parte da correspondência com o governo é feita em malaio. Como foi uma colônia britânica, o sistema legal da Malásia é baseado na lei britânica, e suas práticas contábeis são alinhadas internacionalmente, incluindo a aderência às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

A Malásia implementa uma plataforma de submissão digital para auditorias e declarações financeiras. Embora sua utilização não seja obrigatória, o governo a incentiva dando às empresas um abatimento anual de RM 5.000 por ano. Isso faz parte da estratégia do governo malaio de simplificar os processos para atrair FDI. É provável que a jurisdição avance para uma colocação mais baixa em futuros relatórios do GBCI.

“Os investidores na Malásia devem ser capazes de avaliar seu cenário social, político e econômico dinâmico, uma vez que a legislação do país tem um grande impacto no dia a dia das operações comerciais.”

Sharon Yam, TMF Group, Malásia

10



Equador

Um importante fator de complexidade no Equador é sua situação política incerta. Em outubro de 2019 a jurisdição entrou em espiral junto a uma crise política que paralisou a economia, as operações comerciais e a produção por quase dois meses. Essa incerteza levou a rápidas mudanças na legislação, por exemplo, um recente aumento do imposto retido na fonte, que aumentou a complexidade da jurisdição.

“Embora fazer negócios no Equador possa ser complexo, alguns fatores o tornam mais simples do que outras jurisdições. Adotamos o dólar americano em 2000 e usamos as internacionalmente reconhecidas IFRS.”

Diego Mantilla, TMF Group, Equador

Apesar de sua complexidade, o Equador é uma jurisdição alinhada internacionalmente, o que aumenta sua atratividade para FDI. Desde 2000, a moeda local é o dólar americano, o que a torna particularmente atrativa para as empresas americanas, pois elas podem usar sua própria moeda para as operações. A jurisdição adere aos regulamentos das IFRS desde 2012.

Como resultado dos avanços tecnológicos e da digitalização de muitos documentos, o tempo de abertura de empresas no Equador diminuiu de cerca de seis meses em 2018 para três a quatro semanas em 2020. No entanto, o tempo de abertura de empresas estrangeiras pode ser dobrado pela necessidade de tradução da documentação para o espanhol, enviada à embaixada do Equador no país de origem, carimbada e devolvida ao país.

COMPLIANCE INTE R NACIONAL

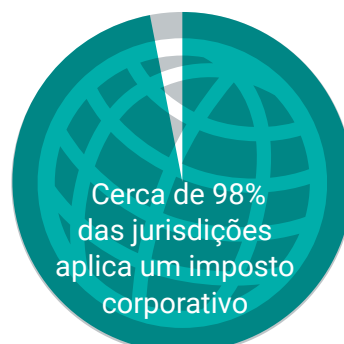
CONTABILIDADE E IMPOSTOS

Utilizando as diferenças de tributação para atrair investimentos

Em todo o mundo, há uma convergência significativa nos tipos de impostos cobrados, com pouca variação regional. Entretanto, cada jurisdição tem suas próprias complexidades com as quais as empresas devem lidar. Cerca de 98% das jurisdições aplicam um imposto corporativo, enquanto 9 a cada 10 têm impostos sobre folha de pagamento, instalações comerciais, retenção na fonte, imposto de valor agregado e sobre consumo.

Excepcionalmente, jurisdições como as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas não impõem um imposto corporativo em uma tentativa bem-sucedida de atrair o investimento de empresas estrangeiras. Isso explica parcialmente sua posição como duas das jurisdições menos complexas no GBCI 2020.

Embora os impostos sejam frequentemente cobrados pelo governo central, algumas regiões ou municípios escolhem a alíquota específica do imposto pago pelas empresas em seu território. Na China, algumas regiões podem se desviar da política do governo nacional e cobrar um imposto corporativo mais baixo para atrair FDI. Por exemplo, as seis províncias das regiões ocidentais cobram uma taxa de imposto corporativo de 15% ao invés da taxa nacional fixa de 25%.



Tipos de impostos incidentes

■ Globalmente
 ■ América do Norte
 ■ América do Sul
 ■ APAC
 ■ EMEA

Imposto de renda



Imposto sobre o consumo



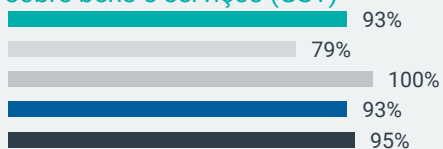
Imposto sobre folha de pagamento



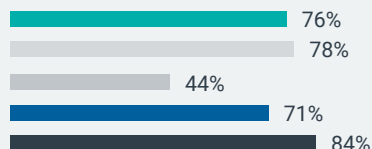
Imposto sobre ganhos de capital



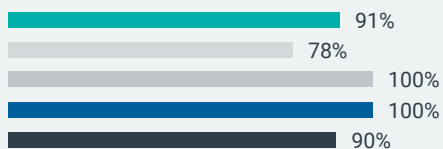
Imposto sobre o Valor Agregado (VAT)/imposto sobre bens e serviços (GST)



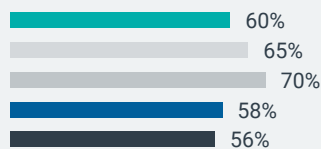
Contribuições para a previdência social



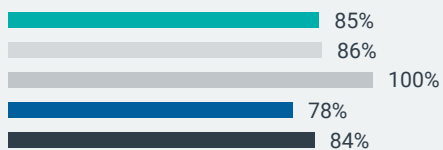
Imposto retido na fonte



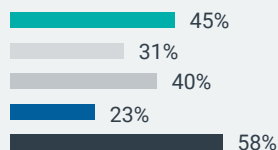
Imposto sobre vendas



Imposto predial sobre estabelecimentos comercial



Imposto sobre prêmios de seguro



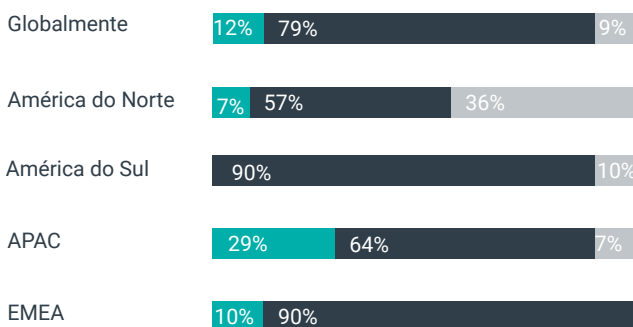
Alterações na legislação tributária

A mudança legislativa é uma das principais causas de complexidade, especialmente se acontecer repentinamente e exigir um esforço substancial de adaptação às novas práticas e taxas. No Equador, a instabilidade política tem resultado em frequentes mudanças na legislação tributária com ramificações quase imediatas, como o recente aumento do imposto retido na fonte. Na Grécia, cerca de 70 novas leis tributárias são introduzidas todo ano, normalmente em março ou abril, e são aplicadas retroativamente ao início do ano civil. As empresas são forçadas a reajustar suas contas antigas e declarações de impostos para atender a essas mudanças.

Estados e empresas: das relações transacionais às parcerias

Algumas instituições estatais ao redor do mundo estão tentando agir mais como parceiras de negócios. O número de jurisdições que exigem auditorias obrigatórias das contas das empresas diminuiu. Em 2020, 12% das jurisdições exigem que todas as empresas tenham suas contas auditadas, em comparação com 17% no ano anterior. As jurisdições que impulsionam esta tendência são Bolívia, Índia, Luxemburgo, Malásia e Ucrânia. Na República da Irlanda, um sistema abrangente de tributação online permite que as autoridades optem por auditar uma empresa se suas apresentações parecerem suspeitas ou forem claramente incorretas, cortando as auditorias por conta própria. É provável que haja maior digitalização dos processos fiscais em todo o mundo em função da pandemia da COVID-19.

Requisitos para auditorias de contas



■ As auditorias são obrigatórias para todas as empresas
 ■ As auditorias são obrigatórias para algumas empresas
 ■ As auditorias nunca são obrigatórias

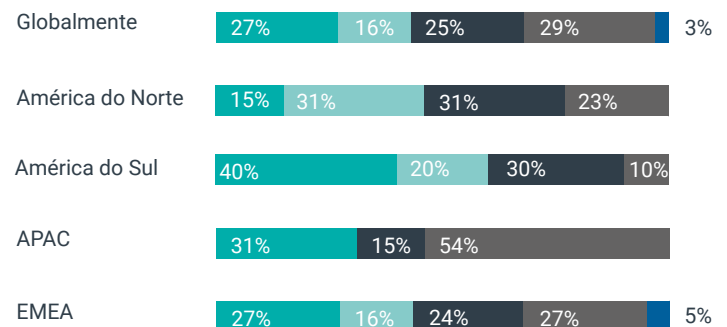
Mais governos estão permitindo que empresas corrijam voluntariamente os erros em suas declarações de impostos sem serem multadas. Isto aumentou de 32% em 2019 para 39% em 2020, e reflete mudanças em jurisdições como Itália, Bolívia e Holanda. A maioria (60%) das jurisdições permite que erros fiscais sejam corrigidos com uma multa. O Japão é a única jurisdição que não permite correções.

Entretanto, os encargos da auditoria fiscal sobre as empresas continuam sendo significativos em muitos países. Em 27% das jurisdições, as organizações que cumprem os critérios para uma auditoria fiscal não recebem nenhuma notificação, enquanto 16% delas recebem até uma semana de aviso prévio.

Muitas jurisdições ainda aplicam pesadas penalidades sobre organizações que não estão em compliance. Na Colômbia, a legislação tributária é muitas vezes difícil de compreender e, no caso do Imposto sobre a Indústria e Comércio (ICA – Industry and Commerce Tax), varia entre seus 1.100 municípios. As multas não são só comuns como também são elevadas, e são cobrados juros de 28% sobre impostos mal calculados – cerca de sete vezes a taxa de inflação.

As multas são uma realidade mesmo em jurisdições mais favoráveis aos negócios digitalizadas. Na República da Irlanda, as empresas têm nove meses para preparar suas contas estatutárias do final de ano. Se eles não cumprirem o prazo, uma multa é automaticamente aplicada. No Cazaquistão, os curtos prazos para apresentação de documentos contábeis digitais são acompanhados de multas significativas pelo não compliance.

Prazo de notificação para auditorias fiscais



■ Sem aviso prévio
 ■ Até 1 semana
 ■ 1 mês
 ■ 2 a 3 meses
 ■ 2 a 3 semanas

COMPLEXIDADE JURISDICCIONAL

REGRAS, REGULAMENTOS E PENALIDADES

Tempo necessário para abertura de empresas

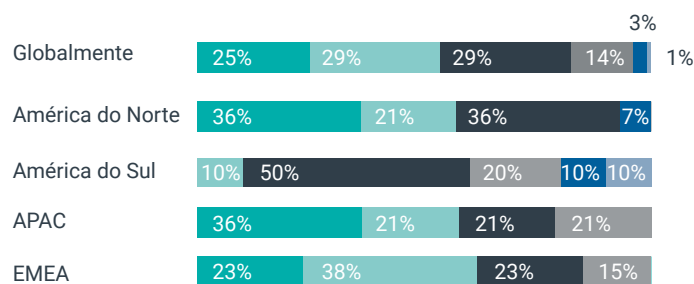
Na maioria das jurisdições, a abertura de empresas pode levar semanas, mas em outras o processo demora significativamente mais. Em algumas jurisdições da América do Sul, tais como Argentina e Venezuela, a média é de mais de três meses.

No Brasil, o tempo que se leva para abrir empresas varia significativamente entre os estados. Em São Paulo, empresas podem ser abertas em dias, enquanto em outros estados isso pode levar semanas. Esta variação contribui grandemente para a complexidade geral do Brasil, colocando-o em segundo lugar no GBCI 2020.

Um período extenso de abertura de empresas reflete fatores como a necessidade de obter assinaturas físicas e notificar múltiplos órgãos e associações, além da falta de fluência tecnologia.

Muitas jurisdições estão lidando com estes fatores para tornar este processo o mais simples possível. O governo irlandês garante a abertura de empresas em cinco dias úteis. Em Curaçao, empresas em algumas indústrias podem ser abertas em um dia. Cerca de 4% das jurisdições - Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Emirados Árabes Unidos - permitem que as operações comecem antes do registro fiscal da empresa.

Tempo médio de abertura para empresas privadas



■ Até 1 semana ■ 2 a 3 meses
■ 2 a 3 semanas ■ 4 a 6 meses
■ Cerca de 1 mês ■ 7 a 12 meses

Da abertura até a ativação completa da entidade

Na maioria das jurisdições, o governo nacional é o ponto comum de autorização para abertura, seguido por requisitos de nível municipal ou local. Em algumas jurisdições, o processo de abertura envolve 30 ou mais interações com diversos órgãos. Na mais complexa delas, as empresas têm de se registrar junto a múltiplas autoridades, dependendo do setor em que estão operando.








Na Indonésia, a ativação da entidade envolve a obtenção de até 11 licenças. Existem 22 setores industriais e cerca de 200 subsetores, cada um com diferentes requisitos de notificação. Este campo minado legislativo para o estabelecimento de empresas se reflete na alta classificação da Indonésia no GBCI 2020. No entanto, o país está tentando otimizar o processo para os próximos anos com uma legislação destinada a simplificar este processo.

Houve progressos substanciais em todo o mundo: em 71% das jurisdições, as autoridades competentes são automaticamente notificadas durante o processo de abertura de empresas. Isso diminui a complexidade e economiza tempo.

As Ilhas Virgens Britânicas (IVB) operam um modelo de agentes registradas. As empresas estrangeiras têm um único ponto de contato – seu agente registrado – que faz contato e notifica todos os órgãos e entidades relevantes como representante. Essa simplicidade é refletida na posição das IVB no ranking do GBCI 2020 como uma das jurisdições menos complexas.

Jurisdições onde a interação com 30 ou mais autoridades é necessária para que uma empresa seja aberta.



-  Indonésia
-  Catar
-  Emirados Árabes Unidos
-  Brasil
-  Costa Rica
-  Eslováquia
-  Equador

Abertura de uma conta bancária

Enquanto a América do Sul inclui algumas jurisdições muito complexas para se abrir uma empresa, a abertura de uma conta bancária leva, em média, menos de um mês em 80% das jurisdições. A abertura de empresas em jurisdições da EMEA pode ser mais rápida e simples do que na América do Sul, mas pode ser mais complexa e exigir muito mais tempo para que uma empresa internacional abra uma conta bancária. Leva mais de seis meses na Dinamarca, Finlândia, Grécia, Honduras, Catar e Venezuela.

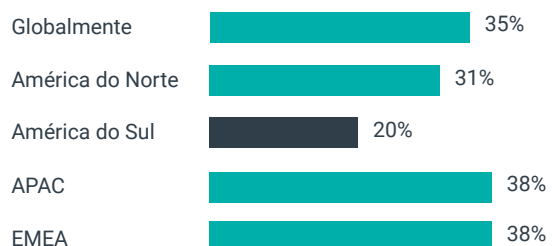
Na Dinamarca, onde a abertura de empresas é simples, o foco do governo na rigidez da legislação contra a lavagem de dinheiro (AML) significa que os bancos são responsáveis por assegurar que os investidores estrangeiros sejam legítimos e cumpram a lei, o que contribui para o tempo necessário para se abrir uma conta.

Alinhamento internacional

As jurisdições da EMEA estão mais internacionalmente alinhadas com iniciativas legislativas supranacionais do que outras regiões. Algumas das jurisdições menos complexas, como as Ilhas Maurício, aderem a uma infinidade de normas internacionais, incluindo as IFRS e a Lei Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR). O alinhamento reduz a complexidade e aumenta a confiança dos investidores.

Por outro lado, as jurisdições mais complexas tendem a ter uma legislação mais focada que exige que as empresas estrangeiras se alinhem com processos locais específicos e desconhecidos.

Jurisdições onde é necessário mais de um mês para abrir uma conta bancária corporativa (% dentro de cada região)



RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

Salários e benefícios

Quase sem exceção, os funcionários permanentes em todo o mundo têm direito a um grupo de benefícios básicos, incluindo:

- salário mínimo (91%);
- licenças pagas (88%);
- licença maternidade remunerada (87%).

Surpreendentemente, na Finlândia e na Dinamarca – países reconhecidos por terem um grande equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e sólidas relações industriais – não há nenhuma exigência legal para que as empresas paguem um salário mínimo aos trabalhadores ou concedam licença maternidade remunerada.

A América do Sul, em sua maior parte, lidera ao exigir uma ampla provisão de benefícios aos empregados, que são reforçados por políticas progressistas, como a licença parental compartilhada. A região geralmente exige outros benefícios, como o 13º salário (um mês extra de salário anual como bônus). O Equador possui um sistema de participação nos lucros, pelo qual as empresas são obrigadas a distribuir 15% de seus lucros aos funcionários. O valor recebido por empregado depende do número de filhos que ele tem.

Como já era de se esperar, os funcionários temporários têm legalmente direito a menos benefícios do que os permanentes. Essas diferenças são menos pronunciadas em relação a indenizações não-salariais, como seguro-saúde ou subsídios para creches, mas maiores em relação a benefícios monetários, como férias pagas, licença médica e indenização por desligamento.

A Holanda tem sido um ambiente atrativo para funcionários temporários há muito tempo. A legislação recente no país reduziu a lacuna de proteção legal e as diferenças salariais entre funcionários com contratos de duração determinada e indeterminada, levando a um fluxo de contratados. Com menos funcionários de tempo integral para escolher, é mais difícil fazer contratações

TR A
B A L
H A N
D O E
M L U
G A R
E S D
E S C
O N H
E C I D
O S

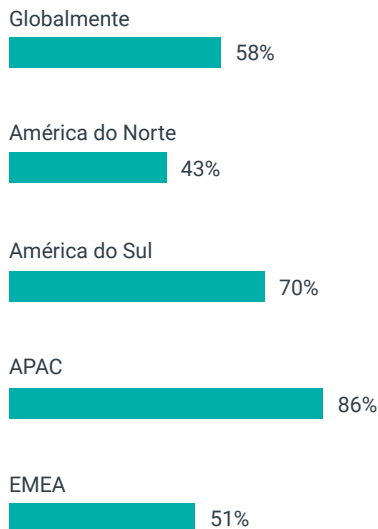
permanentes, uma vez que os funcionários temporários são mais caros.

Pensões no local de trabalho

A APAC lidera em termos da exigência de pensões no local de trabalho, com 86% das jurisdições exigindo-as legalmente para os funcionários permanentes, contra 79% em 2019. Austrália e Nova Zelândia são grandes defensores da previdência privada, enquanto as jurisdições do sudeste asiático (incluindo Hong Kong e Singapura) possuem grandes esquemas financiados pelo Estado. Em janeiro de 2020 o sistema de previdência social da China foi estendido às jurisdições vizinhas de Hong Kong e Macau.

A América do Norte e a EMEA apresentam atraso significativo na oferta de pensões no local de trabalho, sendo que as jurisdições raramente as exigem. Isto provavelmente mudará nos próximos anos, à medida que os Emirados Árabes Unidos e a região do Golfo introduzirem regimes mais abrangentes de economias no local de trabalho. As jurisdições caribenhas raramente têm fundos de pensão em vigor, enquanto algumas jurisdições mais desenvolvidas da América do Sul estão se movimentando para introduzir regimes de pensão.

Jurisdições com exigência legal para fundos de pensão dos funcionários



Aumentos salariais obrigatórios

Globalmente, 32% das jurisdições exigem aumentos salariais. Na América do Sul, o número sobe para 70%.

Demissão de funcionários

O período de aviso prévio necessário para demitir funcionários com desempenho insatisfatório varia

Jurisdições com exigência legal de aumentos salariais obrigatórios

América do Norte

Costa Rica
República Dominicana
Guatemala
Honduras
México
Nicarágua
Panamá
Jamaica

América do Sul

Argentina
Bolívia
Brasil
Colômbia
Equador
Uruguai
Venezuela

EMEA

Áustria
Bélgica
Bulgária
Hungria
Itália
Ilhas Maurício
Rússia
Eslovênia

APAC

Índia
Vietnã

consideravelmente entre as jurisdições. As localizadas na América do Norte e do Sul requerem o menor prazo, com cerca de 40% das jurisdições obrigadas a notificar com apenas um dia de antecedência. O Paraguai é a única jurisdição na América do Sul onde geralmente é exigido mais de um mês de aviso prévio.

Na EMEA e APAC, as empresas são obrigadas a dar aos funcionários, em média, um mês de aviso prévio. Na Itália, Romênia, África do Sul e Indonésia, as empresas devem notificar funcionários com 25 semanas de antecedência. As leis trabalhistas indonésias tornam extremamente difícil e complexo demitir funcionários com desempenho insatisfatório, e este é um dos fatores que contribuem para sua posição elevada no ranking do GBCI. Essas leis desencorajam o investimento estrangeiro na Indonésia, embora o governo esteja agora buscando revisá-las.

Relato de dados

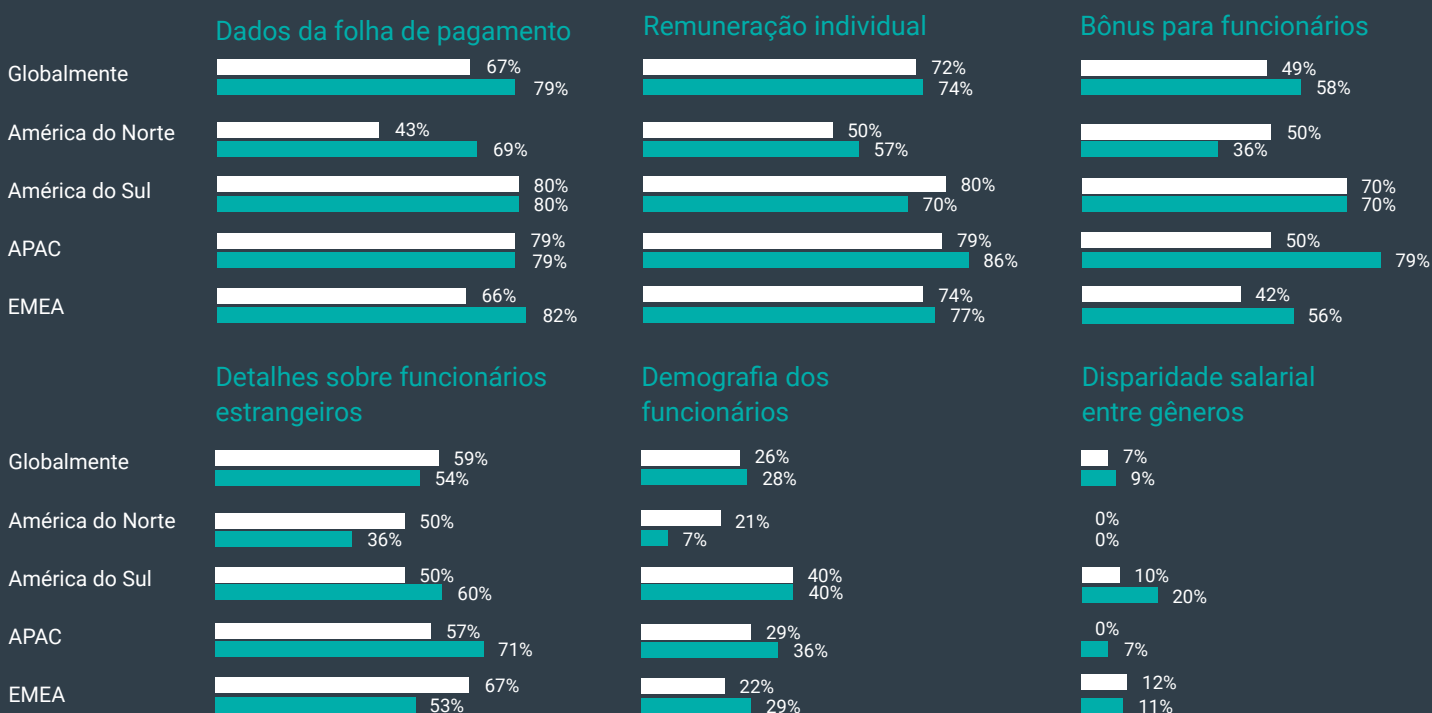
No geral, os governos estão exigindo que mais dados sobre os funcionários sejam reportados pelas empresas. Cerca de 79% das jurisdições exigem que todas as organizações informem os dados de folha de pagamento às autoridades governamentais. A divulgação da demografia dos funcionários e da diferença salarial entre gêneros continua incomum, mas tem aumentado. Em 2019, apenas 26% das jurisdições exigiam que os dados demográficos dos funcionários fossem reportados e apenas 7% das jurisdições informavam sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres. Estes números aumentaram para 28% e 9%, respectivamente, em 2020.

As exigências de relatório nas jurisdições da APAC aumentaram significativamente no ano passado, e agora lideram no monitoramento de dados de funcionários. Essa tendência deve permanecer.

Prazo de aviso prévio exigido para demitir funcionários



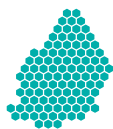
Exigências de relatórios sobre recursos humanos, 2019



DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS



68



Ilhas Maurício

A baixa posição das Ilhas Maurício no ranking do GBCI 2020 não surpreende, pois o governo simplificou deliberadamente a legislação para tornar a jurisdição mais atrativa para as empresas estrangeiras. A Lei de Facilitação de Negócios (Business Facilitation Act), implementada em 2019, estabelece limites para o tempo de processamento de licenças e autorizações de trabalho. Isso torna a abertura de empresas mais rápida e fácil nas Ilhas Maurício. As recentes eleições prorrogaram o mandato do governo por mais cinco anos, o que garante estabilidade na jurisdição e permite que o programa seja totalmente implementado.

As Ilhas Maurício estão alinhadas com os padrões europeus estabelecidos pela OECD, incluindo a FATCA. Os documentos são geralmente apresentados em inglês ou francês, ao invés de crioulo, o idioma local, o que facilita ainda mais para as empresas estrangeiras. As submissões online são vigentes nas Ilhas Maurício há sete anos, tornando-a pioneira na digitalização. Nenhum arquivo impresso é aceito, e os departamentos governamentais colaboram para garantir que a abertura de empresas seja o mais simplificada possível.

“Todas as medidas introduzidas pelo governo facilitaram a realização de negócios nas Ilhas Maurício. A política do governo é tornar as Ilhas Maurício um centro de negócios que opera de acordo com as melhores práticas internacionais.”

Naiken Veerasamy, TMF Group, Ilhas Maurício

69



Ilhas Cayman

“Apesar da crescente pressão da comunidade internacional sobre os regulamentos de AML (lei anti-lavagem de dinheiro), CFT (contra o financiamento do terrorismo) e PF (financiamento de proliferação), as Ilhas Cayman permanecem como um ambiente política, social e economicamente estável, com pronto acesso a profissionais e prestadores de serviço de alta qualidade e muito respeitados.”

Lesley den Exter, TMF Group, Ilhas Cayman

As Ilhas Cayman são uma jurisdição neutra sob o ponto de vista fiscal, sem impostos de renda, folha de pagamento, sobre ganhos de capital ou sobre contribuições para o seguro nacional. Além disso, não há diferença nas exigências das autoridades para operar negócios locais ou internacionais.

No ano passado, as Ilhas Cayman sofreram uma forte pressão para se tornarem mais alinhadas internacionalmente. Como resultado, várias mudanças foram introduzidas, incluindo a regulamentação contra a lavagem de dinheiro. Isso levou a um pico de complexidade a curto prazo à medida que as empresas se adaptaram a elas.

As Ilhas Cayman continuam muito comprometidas em atrair investimentos estrangeiros e garantirão que o ambiente econômico permaneça estável. O governo está avançando em direção de sistemas automatizados em tempo real e introduzindo tecnologias para otimizar os processos. Seu regime UBO faz com que os arquivos não precisam mais ser entregues em mãos aos escritórios do governo.

70



Irlanda

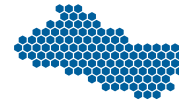
A República da Irlanda está muito alinhada internacionalmente, particularmente com o Reino Unido. Adere aos padrões internacionais, incluindo o KYC (Conheça Seu Cliente), AML4, o BEPS da OECD e as exigências da UE. Isto é atrativo para empresas estrangeiras que já estão familiarizadas com os parâmetros e legislação globais. A Irlanda é também uma jurisdição altamente digitalizada, com um sistema online para abertura de empresas e para relatórios obrigatórios recorrentes, tais como as declarações de impostos e dados da folha de pagamento.

A digitalização tem otimizado as operações comerciais. O governo irlandês supõe que as declarações de impostos são apresentadas corretamente. As autoridades fiscais analisam as declarações enviadas por meio de um sistema online e fazem auditorias em empresas apenas quando existem inconsistências ou problemas. Isso elimina auditorias desnecessárias. A digitalização também tem levado a relatórios em tempo real de dados de folha de pagamento. O governo irlandês é automaticamente notificado quando quaisquer alterações a folha de pagamento da empresa são realizadas, o que torna a gestão diária da folha de pagamento mais fácil e mais transparente tanto para as empresas quanto para os funcionários.

“A Irlanda tem uma importante história e cultura de acolhimento de empresas estrangeiras. Somos uma jurisdição que está continuamente tentando equilibrar as exigências da OECD e da UE, ao mesmo tempo em que nos mantemos competitivos no mercado internacional.”

Kevin Butler, TMF Group, Irlanda

71



El Salvador

Desde que o partido GANA chegou ao poder nas eleições de 2019, El Salvador tem feito um esforço conjunto para atrair FDI, simplificando as operações comerciais na jurisdição e garantindo a estabilidade para investidores e empresas. Os poderes de algumas instituições e autoridades foram separados para torná-los mais seguras e menos vulneráveis à atividade criminosa.

“Estabilidade macroeconômica e regulatória, e o acesso a mercados importantes na América do Sul são o que torna El Salvador atrativo para empresas e investimentos estrangeiros.”

Xilot Mejia, TMF Group, El Salvador

Uma jurisdição alinhada digital e internacionalmente, onde as mesmas leis e regulamentos se aplicam tanto aos negócios nacionais quanto aos internacionais, El Salvador é atrativo para o FDI. O país adere às normas das IFRS, FATCA, de preços de transferência e oferece um ambiente corporativo transparente para a abertura e operação de empresas estrangeiras. Existe um portal eletrônico para as empresas apresentarem toda a sua documentação e relatórios fiscais online, eliminando a necessidade de apresentar a documentação em um escritório local e ir a banco para efetuar o pagamento de impostos.

72



Holanda

As multinacionais estão registradas há muito tempo na Holanda, que é uma jurisdição altamente internacionalizada, especialmente pelo fato de sua indústria madura de trust. As empresas fictícias na jurisdição devem garantir que estão em compliance e tenham capital econômico local suficiente. O país tem se adaptado bem ao aumento da legislação internacional de compliance nos últimos anos e manteve sua reputação. As legislações de AML e KYC foram adotadas rapidamente e agora estão perfeitamente integradas aos procedimentos operacionais.

Dada sua história significativa no comércio internacional, a Holanda está preparada para novas multinacionais. É extremamente fácil ter acesso a orientações sobre a abertura de empresas no país. A Agência de Investimento Estrangeiro da Holanda fornece um site e um help desk, e até mesmo advoga em nome das empresas a nível nacional e da UE. A fluência na língua inglesa está incorporada na sociedade holandesa, com o inglês ensinado a partir da escola primária. Todas as informações governamentais são fornecidas tanto em holandês quanto em inglês. A capital, Amsterdã, é um centro de transportes europeu, com o Aeroporto de Amsterdã-Schipol em seu coração. Estas são algumas das razões pelas quais muitas grandes multinacionais mudaram suas sedes do Reino Unido para a Holanda, depois do Brexit.

“A abordagem de negócios holandesa é aberta e orientada internacionalmente. Nós falamos o seu idioma e traduzimos quaisquer documentos ou instruções para facilitar os processos para você.”

Ron Arendsen, TMF Group, Holanda

73



Ilhas Virgens Britânicas

Tem havido pressão sobre as Ilhas Virgens Britânicas para provar que está sendo o mais transparente possível sobre o dinheiro que flui para dentro e para fora da jurisdição. Consequentemente, as IVB estão na vanguarda da AML, KYC e de todos os outros regulamentos de compliance. Ela foi incluída na “lista branca” pela União Europeia por satisfazer todas as suas exigências de compliance fiscal.

As IVB operam um modelo fundamentalmente diferente para o estabelecimento de multinacionais em comparação com a maioria das jurisdições, onde as empresas são obrigadas a utilizar agentes registrados – empresas licenciadas pelo governo que realizam toda a interação com as autoridades como seus representantes. Existem cerca de 100 agentes registrados operando na jurisdição – dos quais a TMF Group é um dos maiores – que atuam essencialmente como uma unidade administrativa privada de terceirização

“Fazer negócios nas Ilhas Virgens Britânicas é simples e objetivo para o investimento estrangeiro direto, pois a jurisdição é apoiada por uma série de agentes registrados que atenderão às suas necessidades.”

Charlotte Bailey, TMF Group, Ilhas Virgens Britânicas

Os próprios agentes registrados são monitorados de perto e devem cumprir uma série de regulamentos para manter suas licenças, de modo que suportam grande parte da carga de compliance para as empresas. Estas se comunicam com os agentes por e-mail e telefonemas, responsabilizando-os por preencher a documentação técnica que deve ser apresentada às autoridades.

Esse sistema significa que as autoridades não são tão tecnologicamente avançadas como em outras jurisdições. Os agentes que operam nas IVB utilizam ferramentas digitais, mas grande parte da comunicação das autoridades permanece impressa e pessoal. Os escritórios da TMF Group nas IVB recebem informações da Comissão de Serviços Financeiros em forma impressa.

74



Dinamarca

A Dinamarca tem estado à frente na adoção de normas de compliance reconhecidas internacionalmente, o que a torna uma jurisdição bastante rigorosa. No entanto, tornou-se uma das jurisdições mais simples em termos de regras, regulamentos e penalidades.

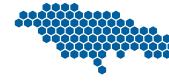
A Dinamarca foi um dos primeiros países da União Europeia a introduzir um registro de UBO em 2017. As informações necessárias de UBO devem ser apresentadas anualmente, juntamente com outros relatórios necessários. As autoridades dinamarquesas bloquearam o uso de empresas de fachada para aliviar a carga de compliance. Todas as empresas com presença física dentro da jurisdição estão agora registradas como “estabelecimentos permanentes”.

A contratação e gestão de funcionários é relativamente simples na Dinamarca. Essa simplicidade pode, no entanto, ser compensada pela adoção da Lei de Férias dinamarquesa, que transfere os empregados de um regime de férias acumuladas para um regime de férias simultâneas, em que o direito a férias não precisa mais ser atrasado, podendo ser desfrutado após apenas um mês de emprego. A mudança dos sistemas pode resultar em uma complexidade a curto prazo, com alguns empregados recebendo o dobro de seus direitos na transição.

“O compliance está se tornando mais complicado e está sendo monitorado mais de perto à medida que o governo tenta fechar brechas para que as empresas deixem de pagar impostos. A Dinamarca implementou tais medidas mais cedo do que outras jurisdições e os processos são mais suaves.”

Dannie Wai, TMG Group, Dinamarca

75



Jamaica

Iniciar um negócio na Jamaica é um processo relativamente simples e rápido, mas as operações comerciais em andamento podem ser mais complexas.

“A manutenção das obrigações fiscais sem um representante local continua sendo um empecilho para as empresas que planejam operações remotas.”

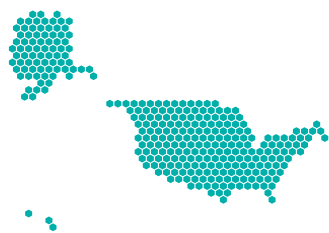
Juan Carlos Rubio, TMF Group, Jamaica

O governo está interessado em tornar a Jamaica em um centro logístico entre as Américas do Norte e do Sul, e por isso concede incentivos para atrair investimentos estrangeiros em alguns setores, como call centers, que se beneficiam de seu fuso horário e da fluência dos jamaicanos em inglês.

O governo também está trabalhando para elaborar mais acordos de livre comércio com outras jurisdições da região para atrair mais FDI.

Muitos dos processos regulatórios para as empresas agora acontecem online.

76



Estados Unidos

Sob a presidência de Donald Trump, os Estados Unidos inclinaram-se para um menor alinhamento internacional e para a proteção da indústria nacional em relação ao comércio exterior. Até agora, isso não se traduziu em muita mudança em termos de legislação, e os Estados Unidos continuam muito aberto aos negócios.

O registro de uma entidade junto ao governo federal é muito simples, envolvendo documentos de abertura de empresa online e uma solicitação de número de identificação fiscal. As empresas também devem se registrar em nível estadual. Isso pode ser vantajoso, uma vez que os estados oferecem individualmente incentivos às empresas para atrair investimentos estrangeiros. O estado de Delaware é uma escolha popular para investidores internacionais, pois não exige nem que os diretores sejam residentes locais e tampouco a divulgação de seus nomes em documentos formais de abertura de empresas.

Existem poucas regulamentações trabalhistas nos EUA. Embora os funcionários possam ser demitidos com um dia de aviso prévio, as empresas têm de lidar com uma cultura de litígio. É comum que ex-funcionários processem as empresas por demissão sem justa causa, o que significa que as empresas precisam ter um time jurídico robusto. Eles também devem ser cautelosos com os altos honorários advocatícios.

“Embora os Estados Unidos tenham se tornado menos alinhados em termos políticos internacionais – afastando-se de órgãos políticos internacionais, por exemplo – não notamos muita diferença na legislação empresarial local.

Ernesto Guzman, TMF Group, Estados Unidos

77



Curaçao

Curaçao, parte do Reino da Holanda, é a jurisdição mais simples entre todas as que foram pesquisadas. Este Estado insular é muito alinhado internacionalmente, o que permite que as decisões sejam tomadas e implementadas muito rapidamente.

“Os movimentos do governo para aumentar o uso da tecnologia devem facilitar a vida dos investidores.”

Evert Rakers, TMF Group, Curaçao

A maioria das empresas de Curaçao não precisa ser auditada, a menos que ultrapassem os limites de funcionários e receitas ou operem em um setor regulamentado, como o bancário.

O governo está usando a tecnologia para se tornar mais centrado no cliente das multinacionais. As declarações de impostos são feitas eletronicamente, e há uma redução do uso de cheque e em dinheiro e um aumento da utilização de cartões para efetuar pagamentos.

A estabilidade política e uma forte indústria do turismo aumentaram a atratividade de Curaçao com relação aos investidores

CONCLUSÃO

Em um ambiente comercial em constante mudança, há um impulso subjacente para as empresas que é inigualável neste mundo globalmente conectado.

O GBCI 2020 constatou que, de uma perspectiva global, o alinhamento das leis e regulamentações internacionais e a crescente implantação da tecnologia deram origem a uma maior sinergia no comércio internacional. No geral, esses fatores se combinaram para tornar as jurisdições menos complicadas para as empresas multinacionais.

A pandemia da COVID-19 deve ser vista como um grande revés, retardando substancialmente o crescimento econômico, particularmente como resultado do fechamento das fronteiras internacionais. Os efeitos durarão anos e podem ser potencializados ou mitigados por medidas adotadas em cada jurisdição.

As empresas globais sempre terão que contar com as jurisdições individualmente, promovendo sua atratividade, interesses nacionais e insistindo na proteção de práticas e processos estabelecidos. O uso de idiomas locais na comunicação e documentação oficial continuará.

O GBCI 2020 revelou novamente variações significativas na complexidade corporativa entre jurisdições como resultado de suas regras e regulamentos específicos. As jurisdições menos complexas têm usado a tecnologia da informação e comunicação para melhorar estes mecanismos e os de contratação, de modo que a criação e operação de uma empresa se torna muito mais fácil.

Outras jurisdições vão querer garantir que não sejam deixadas para trás. Dado que 3 em cada 10 jurisdições atualmente não fazem submissões oficiais ao governo eletronicamente, muitas delas podem não ter as ferramentas para se adaptarem a um ambiente que depende cada vez mais da mais recente tecnologia. Tais ferramentas são um requisito fundamental para operar a todo vapor na economia global. As jurisdições bem-sucedidas serão aquelas que oferecem as práticas internacionais comuns, preferíveis pelas empresas estrangeiras.

Após a pandemia da COVID-19, é provável que vejamos um impulso contínuo em direção a um ambiente corporativo global, com os órgãos internacionais intensificando medidas para coordenar e regular o comércio internacional para beneficiar todas as partes interessadas. Com 8 em cada 10 jurisdições praticando o CRS da OECD, há um claro desejo de continuar participando do alinhamento regulatório internacional. É provável que outras iniciativas de governança global sejam seguidas.



A internacionalização é mais crucial do que nunca.

Uma ênfase na unificação, tecnologia, modernidade e simplificação serão certamente os motores para colocar a economia global pós-pandêmica de volta nos eixos. As empresas precisam estar cientes e agir em resposta à complexidade de seus mercados.

METODOLOGIA

O Índice Global de Complexidade Corporativa foi criado pela TMF Group, os especialistas em complexidade empresarial global e local, e o Savanta Group, uma agência especializada em pesquisa de mercado. Combinando o conhecimento específico do assunto com uma base de dados e análises sólidas, o GBCI 2020 baseia-se em uma robusta pesquisa multimétodo.

O índice é gerado a partir de uma pesquisa aprofundada dos especialistas em mercado da TMF Group em 77 jurisdições, e os dados também são comparados aos resultados da pesquisa utilizados no Relatório GBCI do ano passado. A pesquisa abrange três áreas de atuação da empresa:

- Contabilidade e Impostos;
- Leis, regulamentos e penalidades;
- RH e folha de pagamento.

Os dados para cada jurisdição foram estatisticamente ponderados e combinados para produzir uma pontuação de complexidade geral, bem como uma pontuação em cada uma das três áreas.

Os visuais são baseados nos resultados da pesquisa ao longo de 2019 e 2020. Aqueles que responderam “não sei” na pesquisa foram excluídos da análise.

Para obter uma melhor apreciação das tendências e desenvolvimentos, o trabalho de campo quantitativo inicial foi complementado por uma etapa qualitativa após a criação do índice. Isto consistiu em:

- Uma pesquisa pedindo a cada escritório da TMF Group que respondesse às tendências de complexidade dentro de sua jurisdição;
- Uma série de entrevistas aprofundadas com especialistas da TMF Group das 10 maiores e 10 menores jurisdições.

Sobre o Savanta Group

Savanta é uma empresa de dados, pesquisa e consultorias em rápido crescimento. Nós informamos e inspiramos mudanças por meio da coleta de dados e análises de última geração em uma variedade de setores.

¹ Uma jurisdição é um território específico governado por um conjunto de leis. Um país pode ser composto por várias jurisdições. Curaçao faz parte do Reino da Holanda, mas é uma jurisdição separada. As empresas têm de levar em conta o fato de que os Estados-nação seguirão as leis e regulamentos supranacionais e internacionais de maneiras diferentes, continuando a promulgar suas próprias leis e regulamentos e, em alguns casos, delegar ou permitir que sub-jurisdições em sua região e localidades imponham suas próprias exigências às empresas, particularmente aquelas sediadas no exterior.

GLOSSÁRIO

Abertura	Abertura refere-se ao processo de estabelecimento de uma nova entidade legal.	Globalização	A globalização é um processo de convergência global em que economias e culturas se tornam cada vez mais interligadas e alinhadas em todo o mundo.
AML	Anti-lavagem de dinheiro refere-se a um conjunto de leis e regulamentos que visam impedir os criminosos a reivindicar fundos ilícitos como renda legítima.	IFRS	As International Financial Reporting Standards são um conjunto de normas globais emitidas pela fundação IFRS e pelo International Accounting Standards Board.
BEPS	Erosão de base e transferência de lucros refere-se a estratégias de evasão fiscal utilizadas pelas multinacionais, e as regulamentações da OECD utilizadas para combatê-las.	OECD	A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global.
CRS	O Common Reporting Standard é uma iniciativa da OECD para combater a evasão fiscal. As jurisdições participantes devem exigir que as instituições financeiras em suas jurisdições divulguem anualmente informações sobre as contas financeiras mantidas com eles por residentes estrangeiros, e exigir que a autoridade regulatória local relevante troque informações relevantes com o país de residência do titular da conta.	PSC	Uma "pessoa com controle significativo" é um termo usado em vários regulamentos globais para se referir a uma pessoa que tem um nível significativo de controle ou influência sobre as ações de uma entidade jurídica. A definição exata varia de acordo com as leis de diferentes jurisdições.
FATCA	O Foreign Account Tax Compliance Act é uma lei federal americana que exige que as instituições financeiras estrangeiras divulguem as contas financeiras de seus clientes que sejam cidadãos americanos ou entidades controladas por americanos, sob pena de retenção substancial de imposto de renda na fonte em todos os rendimentos oriundos dos EUA.	Substrato Econômico	O substrato econômico é um princípio do imposto internacional que determina que deve existir um nível aceitável de atividade econômica local para que uma empresa reivindique residência fiscal em uma jurisdição específica, e que o establishment deve existir nessa jurisdição para um propósito mais significativo do que apenas a redução da responsabilidade fiscal.
GDPR	O Regulamento Geral de Proteção de Dados é uma lei da União Europeia que estabelece regras para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos da UE.	UBO	O "proprietário beneficiário final" refere-se a uma pessoa física que direta ou indiretamente possui ou controla uma participação significativa em uma entidade ou acordo. A definição exata de UBO e o que constitui interesse significativo varia de acordo com as leis de diferentes jurisdições.

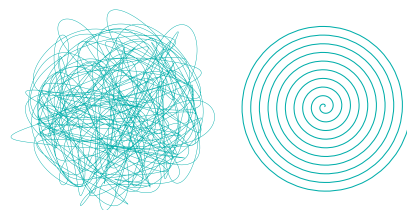
Aviso Legal.

Embora tenhamos tomado medidas razoáveis para fornecer informações precisas e atualizadas nesta publicação, não damos qualquer garantia ou representação, expressa ou implícita, a este respeito. As informações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As informações contidas nesta publicação estão sujeitas a mudanças legais (fiscais) em diferentes jurisdições em todo o mundo.

Nenhuma das informações contidas nesta publicação constitui uma oferta ou solicitação de negócios, uma recomendação relativa a nossos serviços, uma recomendação para engajar em qualquer transação ou nos contratar como consultores jurídicos, fiscais, financeiros, de investimentos ou contábeis. Nenhuma ação deve ser tomada com base nestas informações sem prévia consulta a um profissional independente. Nós não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou danos que venham a acontecer como resultado de seu uso ou convicção quanto às informações aqui contidas.

Esta é uma publicação da TMF Group B.V., Caixa Postal 23393, 1100 DW Amsterdã, Holanda (contact@tmf-group.com). A TMF Group B.V. faz parte da TMF Group, que consiste em um grupo de empresas em todo o mundo. Qualquer empresa do grupo não é um agente registrado de outra empresa do grupo. Uma lista completa dos nomes, endereços e detalhes do estatuto jurídico das empresas está disponível em nosso website: www.tmf-group.com.

NÓS TORNAMOS UM MUNDO COMPLEXO SIMPLES



Um mundo de serviços locais

A TMF Group é uma multinacional independente com cerca de 7.800 experts em 120 escritórios que cobrem mais de 80 jurisdições. Juntos, entregamos um vasto portfólio de serviços consistentes, integrados e localizados que cobrem os essenciais da administração de empresas: contabilidade e impostos; administração de RH, folha de pagamento global e benefícios de funcionários; gestão global de entidades, secretariado corporativo e compliance regulatório.

Soluções de consultoria de rápida resposta apoiam projetos transnacionais grandes e pequenos, em todos os estágios, em todas as nossas disciplinas e em todos os mercados.

Times especializados apoiam a administração de fundos e mercados de capitais, além de riquezas privadas e escritórios familiares.

Porque sabemos como desbloquear o acesso a alguns dos mercados mais atrativos do mundo - não importando sua complexidade - de maneira rápida, segura e eficiente, mais de 60% das Fortune Global 500 e FTSE 100, e quase metade dos 300 principais fundos de private equity trabalham conosco.

Então, quer você esteja operando em uma fronteira ou muitas, com poucos funcionários ou milhares deles, temos todo o suporte flexível, coordenado e fundamental para os negócios que é necessário para abrir novos mercados, construir empresas fortes e se manter ágil, eficiente e com uma boa reputação em todos os lugares.

www.tmf-group.com